

Desenvolvimento de um Portal de Tecnologia Assistiva na perspectiva de um grupo de discussão: um modelo metodológico

Developing an Assistive Technology Portal from a Discussion Group
Perspective: A Methodological Framework

Desarrollo de un Portal de Tecnología Asistiva desde la perspectiva de un
grupo de debate: un modelo metodológico

Maria Luiza Salzani Fiorini 

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente – São Paulo, Brasil.

salzani.fiorini@unesp.br

Manoel Osmar Seabra Junior 

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente – São Paulo, Brasil.

seabrajr.unesp@gmail.com

Cristiane Cardozo da Silva 

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente – São Paulo, Brasil.

cristiane.cardozo@unesp.br

Ana Paula Donaton Ribeiro 

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente – São Paulo, Brasil.

ana.donaton@unesp.br

Recebido em 27 de abril de 2026

Aprovado em 06 de julho de 2026

Publicado em 09 de julho de 2026

RESUMO

A literatura aponta que a não utilização adequada da Tecnologia Assistiva, nas escolas, perpassa por diferentes fatores, tais como, o reduzido conhecimento por parte dos profissionais, pouco ou nenhum financiamento para aquisição, inexistência de apoio de profissionais especializados, além da ausência de meios para busca e compartilhamento da Tecnologia Assistiva de baixo custo. Nesse sentido, a disseminação de recursos digitais e analógicos como Tecnologia Assistiva está comprometida. Com base nessa perspectiva, este artigo objetivou-se identificar quais requisitos devem ser considerados no desenvolvimento de um Portal Multiprofissional de Tecnologia Assistiva, a partir da análise de dados coletados por meio do grupo de discussão. Realizou-se um grupo de discussão e os participantes compuseram uma amostra intencional, de 8 pessoas, a partir de suas especificidades, a saber: pesquisador em Tecnologia Assistiva; professor de Atendimento Educacional Especializado; especialistas em acessibilidade digital; pessoa com deficiência; terapeuta; e, familiares de pessoas com deficiência. Os dados foram analisados a partir da abordagem interpretativa e qualitativa. Os resultados indicaram quatro requisitos: 1)

conteúdo e informações do portal; 2) interação e engajamento do usuário; 3) acessibilidade e usabilidade; e, 4) perfis de usuários e personalização. Conclui-se que, o grupo de discussão contribuiu para evidenciar que o Portal Multiprofissional de Tecnologia Assistiva deve configurar-se como um espaço multifacetado, dinâmico e consistente de informações, capaz de promover a interação entre um público diverso, que se encontre pela fluidez da busca por conhecimento, e não por rótulos estigmatizantes ou capacitista.

Palavras-chave:

ABSTRACT

The literature indicates that the inadequate use of Assistive Technology in schools is associated with multiple factors, including limited professional knowledge, insufficient or nonexistent funding for acquisition, the lack of support from specialized professionals, and the absence of mechanisms for searching and sharing low-cost Assistive Technology. Consequently, the dissemination of digital and analog resources as Assistive Technology is significantly hindered. From this perspective, the present study aimed to identify the requirements that should be considered in the development of the Multiprofessional Assistive Technology Portal, based on an analysis of data collected through a discussion group. A discussion group was conducted, and participants were selected through purposive sampling comprising eight individuals, chosen according to specific criteria: a researcher in Assistive Technology; a teacher specializing in Specialized Educational Services; digital accessibility specialists; a person with a disability; a therapist; and family members of persons with disabilities. Data were analyzed using an interpretative and qualitative approach. The results revealed four key requirements: 1) portal content and information; 2) user interaction and engagement; 3) accessibility and usability; and 4) user profiles and personalization. The findings suggest that the discussion group contributed to demonstrating that the Multiprofessional Assistive Technology Portal should be configured as a multifaceted, dynamic, and robust information environment capable of fostering interaction among a diverse audience, brought together by a fluid pursuit of knowledge rather than by stigmatizing or ableist categorizations.

Keywords: Special education; Assistive technology; Web portal.

RESUMEN

La literatura señala que la utilización inadecuada de la Tecnología Asistiva en las escuelas está atravesada por diversos factores, tales como el conocimiento limitado por parte de los profesionales, el escaso o nulo financiamiento para su adquisición, la inexistencia de apoyo de especialistas, así como la ausencia de mecanismos para la búsqueda y el intercambio de Tecnología Asistiva de bajo costo. En este sentido, la difusión de recursos digitales y analógicos como Tecnología Asistiva se encuentra significativamente comprometida. El presente artículo tuvo como objetivo identificar los requisitos que deben considerarse en el desarrollo del Portal Multiprofesional de Tecnología Asistiva, a partir del análisis de datos recolectados mediante un grupo de discusión. Se llevó a cabo un grupo de discusión cuyos participantes conformaron una muestra intencional de ocho personas, seleccionadas en función de sus especificidades: investigador en Tecnología Asistiva; docente de Atención Educativa Especializada; especialistas en accesibilidad digital; persona con discapacidad; terapeuta; y familiares de personas con discapacidad. Los datos fueron analizados desde

un enfoque interpretativo y cualitativo. Los resultados señalaron cuatro requisitos fundamentales: 1) contenido e información del Portal; 2) interacción y compromiso del usuario; 3) accesibilidad y usabilidad; y 4) perfiles de usuarios y personalización. Se concluye que el grupo de discusión permitió evidenciar que el Portal Multiprofesional de Tecnología Asistiva debe configurarse como un espacio multifacético, dinámico y sólido en términos de información, capaz de promover la interacción entre un público diverso, articulado por la fluidez de la búsqueda de conocimiento y no por etiquetas estigmatizantes o capacitistas.

Palabras clave: Educación especial; Tecnología asistiva; Portal web.

Introdução

A Tecnologia Assistiva, conforme estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), refere-se a produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que promovem a funcionalidade e a participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Seu objetivo central é proporcionar autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social, garantindo que as barreiras à acessibilidade sejam minimizadas e que o direito à participação plena na sociedade seja assegurado.

Nesse contexto, a criação de um Portal Multiprofissional de Tecnologia Assistiva fundamenta-se na necessidade de garantir o acesso amplo e equitativo a recursos de acessibilidade, conforme preconiza a Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015). A referida legislação estabelece que é dever do poder público fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a disseminação de tecnologias assistivas, além de assegurar a sua disponibilização para contribuir com o desenvolvimento da inclusão e a participação social das pessoas com deficiência. Dessa forma, um portal com essa finalidade possibilitaria a integração de informações, serviços e tecnologias, reunindo especialistas de diferentes áreas para apoiar a implementação de práticas acessíveis, facilitar a distribuição de recursos assistivos e ampliar o impacto das políticas de inclusão.

Ademais, a experiência acumulada com iniciativas voltadas à democratização do acesso a recursos de Tecnologia Assistiva destaca a relevância da construção de um portal multiprofissional. O estudo de Pelosi (2008) sobre a formação de professores das Salas de Recursos Multifuncionais evidenciou que a disponibilização de materiais e recursos em um ambiente digital contribuiu significativamente para a capacitação docente e para a ampliação das práticas pedagógicas inclusivas. Nesse sentido, a criação de um portal voltado à disseminação de recursos assistivos surge, portanto, como uma resposta às necessidades identificadas na implementação de estratégias de comunicação alternativa e no compartilhamento de materiais acessíveis. Além de favorecer a integração de profissionais de diferentes áreas, a plataforma digital possibilita o desenvolvimento e a disseminação de soluções inovadoras, facilitando a adaptação e a personalização dos recursos de acessibilidade de acordo com as demandas educacionais específicas.

Diante desse cenário, a criação do Portal Multiprofissional de Tecnologia Assistiva responde à necessidade crescente de consolidar informações acessíveis e integradas sobre recursos assistivos, promovendo a inclusão e a autonomia das pessoas com deficiência. Conforme destaca Coutinho *et al.* (2017) as bibliotecas virtuais permitem acesso remoto imediato, ampliando as oportunidades de informação e formação para diferentes públicos, incluindo gestores, professores e profissionais da saúde. Contudo,

segundo os autores, muitas das iniciativas existentes se limitam a catálogos de produtos e não exploram soluções assistivas aplicadas a contextos reais, dificultando a disseminação de boas práticas e inovações na área. Dessa maneira, a integração da Tecnologia Assistiva ao ambiente educacional e social requer uma abordagem que transcenda a mera instrumentalidade dos dispositivos, promovendo a construção de conhecimento e o reconhecimento das diferenças como parte essencial do processo inclusivo (Conte *et al.*, 2017). Entretanto, um portal estruturado para disponibilizar recursos, relatos de experiências e diretrizes práticas pode potencializar a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, fortalecendo a conexão entre pesquisa acadêmica, políticas públicas e necessidades reais da comunidade.

Com base nessa perspectiva, um projeto denominado de Portal Multiprofissional Internacional de Tecnologia Assistiva foi submetido e fomentado pela Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023, destinada a grupos consolidados na área da Educação Especial. O projeto visa desenvolver e implementar um portal que dissemine recursos digitais e analógicos voltados à acessibilidade e ao atendimento educacional especializado. Seu desenvolvimento baseia-se em uma abordagem metodológica estruturada em três etapas: 1) elaboração de *frameworks* a partir de revisão sistemática, entrevistas e grupos de discussão; 2) criação de um guia de recomendações sobre políticas de auto arquivamento, segurança de dados e critérios para *software* livre, e; 3) implementação do portal com levantamento de requisitos, *design*, testes de acessibilidade e implantação. Não obstante, o portal tem como princípio o acesso livre e colaborativo, com uma equipe de curadoria, permitindo que professores, terapeutas, pesquisadores e estudantes contribuam e utilizem os recursos disponíveis para fortalecer a inclusão educacional.

Diante desse panorama, este artigo refere-se ao detalhamento de uma dessas etapas, ao descrever a construção de instrumentos para a identificação de requisitos que subsidiem o desenvolvimento de um Portal Multiprofissional de Tecnologia Assistiva, a partir do grupo de discussão, como abordagem de coleta de dados. Portanto, o objetivo geral foi identificar quais requisitos devem ser considerados no desenvolvimento do Portal Multiprofissional de Tecnologia Assistiva, a partir da análise de dados coletados por meio do grupo de discussão.

Referencial Teórico

Tecnologia Assistiva no contexto educacional e terapêutico

Tecnologia são todos os recursos desenvolvidos para facilitar a vida humana. Nesse mesmo sentido Bersch (2017, p. 2) afirma:

Sem nos apercebermos utilizamos constantemente ferramentas que foram especialmente desenvolvidas para favorecer e simplificar as atividades do cotidiano, como os talheres, canetas, computadores, controle remoto, automóveis, telefones celulares, relógio, enfim, uma interminável lista de recursos, que já estão assimilados à nossa rotina.

À luz da compreensão de Bersch (2017, p. 2), Tecnologia Assistiva “deve ser entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional

deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento”. Assim sendo, Tecnologia Assistiva é toda ação ou criação que contribua para o desenvolvimento de habilidades funcionais garantindo e proporcionando equidade e inclusão.

Tonolli e Bersch (2017), categorizam a Tecnologia Assistiva de acordo com as seguintes classificações: auxílios para a vida diária e vida prática; Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA); recursos de acessibilidade ao computador; sistemas de controle de ambiente; projetos arquitetônicos para acessibilidade; órteses e próteses; adequação postural; auxílios de mobilidade; “auxílios para ampliação da função visual e recursos que traduzem conteúdos visuais em áudio ou informação tátil; auxílios para melhorar a função auditiva e recursos utilizados para traduzir os conteúdos de áudio em imagens, texto e língua de sinais; mobilidade em veículos; esporte e lazer. Esses recursos e serviços esboçam as buscas a serem atendidas pelo Portal Multiprofissional de Tecnologia Assistiva.

Requisitos no desenvolvimento de sistemas e portais digitais

A sociedade contemporânea caracteriza-se por um estado de constante transformação. Tal dinamismo manifesta-se por meio do fluxo contínuo de informações às quais somos expostos cotidianamente (Charlot, 2000). Sistematizá-las é organizá-las estabelecendo conexão umas com as outras (Sbrocco; Macedo, 2012) a fim de que alcancem um mesmo objetivo (Silva, 2025). Esse sistema de informações pode ser articulado por meio de um “conjunto de instruções que são executadas por um computador” denominado de *software* (Silva, 2025, p. 205) ou um portal, definido como “a porta principal para um conjunto de recursos e serviços na *Internet*” (Gouveia *et al.*, 2007, p. 309). O *software* operacionaliza os sistemas de informações a partir de requisitos, assim compreendido como “Uma declaração do que deve ser fornecido por um sistema computacional ou produto de *software*” (Dale; Lewis, 2010, p. 392). Os requisitos de *software* podem ser definidos como funcionais, quando estabelecem as funcionalidades que atenderão o usuário, e não funcionais, quando às funcionalidades estabelecem limitações à operacionalidade das funções disponibilizadas pelo sistema (Sbrocco; Macedo, 2012). Por sua vez, a acessibilidade confere ao *software* a amplitude de ser utilizado pela maior diversidade de pessoas possível e a usabilidade facilidade de acesso aos seus recursos, eliminando barreiras e embaraços (Corrêa; Ribeiro, 2016).

Partindo-se da preocupação de criar um ambiente virtual com recursos, produtos e serviços de Tecnologia Assistiva que contemple a maior diversidade de pessoas possível, em suas múltiplas expectativas e necessidades de forma prática e eficaz, o grupo de discussão surge como solução metodológica que busca, por meio de diversos olhares, captar as realidades de diferentes contextos vivenciados na esfera da Educação Especial compondo o entendimento daquilo que é necessário conter no Portal Multiprofissional de Tecnologia Assistiva.

Grupo de discussão como ferramenta metodológica

Das vivências nascem as experiências; das experiências, as reflexões; das reflexões as concepções; das concepções, o discurso; do partilhar dos discursos, a discussão. No campo da pesquisa, a dialogicidade das discussões produz ciência. Dentre os procedimentos por meio dos quais produz-se conhecimento grupo de discussão é uma

estratégia metodológica de cunho qualitativo que busca, na interação do sujeito com seus pares, compreender um determinado fenômeno. Nas palavras de Manrique e Pineda (2009, p. 1), o grupo de discussão é compreendido como “técnica metodológica que se ocupa “del estudio de lo que piensan, lo que comparten varios individuos en un proceso de reflexión construida en un espacio común”. Por sua vez, Meinerz (2009, p. 494), ao definir a finalidade do grupo de discussão afirma:

O objetivo principal do grupo é elaborar, na interação de seus componentes, um discurso social. Busca-se, através desse discurso, numa microssituação artificial, reproduzir elementos de uma macrorrealidade social real. Os indivíduos falam para construir o grupo, fazendo com que o mesmo não seja uma finalidade, mas uma via para compreender algo.

O grupo de discussão constitui-se na soma de concepções individualizadas, concatenadas pela força verbalizada das palavras, as quais produz as várias faces do diálogo, a discussão; da singularidade de múltiplos olhares para a ampla compreensão da realidade pesquisada.

Segundo Meinerz (2009), o espaço das interações contribui para um ambiente de conversação, desde que livre de intercorrências e distratores que comprometam a trajetória do diálogo. Para a autora, a consistência dos dados não esvaeça no tecer das falas, o ideal é que o tempo das interlocuções não se estenda para além de uma hora e meia; a seleção dos participantes pauta-se pela relação que eles têm com o objeto de estudo representando, por amostragem, as diversas figuras envolvidas nesse universo, totalizando entre sete e dez membros; o moderador é a figura representada pelo próprio pesquisador, ou alguém que saiba o que é buscado pela pesquisa, cuja responsabilidade é conduzir a discussão (Meinerz, 2009).

No grupo de discussão o moderador é o regente das interlocuções. Silvestre *et al.* (2018, p. 38), ao descreverem as articulações do moderador ao longo das interlocuções definem:

[O moderador] exerce papel fundamental na condução do grupo. Embora seu objetivo seja o de fazer fluir a discussão intervindo apenas em situações necessárias, sua participação é fundamental para que a discussão atinja os objetivos traçados – mas que também abra caminho para a multiplicidade. Sua escuta deve ser atenta, sensível, buscando condições que facilitem o diálogo no grupo [...] também tem o papel de realizar intervenções quando percebe que a discussão está se direcionando para outro assunto, uma situação de tumulto ou se algum(a) participante está centralizando a conversa, bem como estimular a participação de membros que ainda não deram sua colaboração, ao passo que a função do(a) moderador(a) não se torne apenas passiva, mas faça fluir.

O moderador conduz o desenvolvimento do grupo de discussão de modo a proporcionar o diálogo aberto, evitando omissões, sobreposições e desproposições. Com

o apoio de um roteiro traz as variáveis constitutivas da discussão em forma de tópicos que sinalizam a trajetória do diálogo (Godoi, 2015). O discurso produzido com as discussões é registrado com por meio do recurso de gravação e transcrito para posterior sistematização e análise dos dados (Meinerz, 2009).

O grupo de discussão contribuiu, *a priori*, para compreender, ao olhar dos participantes, representantes, por amostragem, dos futuros usuários, o quê, por quê e como os conteúdos devem estar dispostos no portal, bem como quais recursos de acessibilidade são imprescindíveis em sua operacionalização. Constitui, *a posteriori*, a última etapa da base estruturante da implementação do Portal Multiprofissional de Tecnologia Assistiva, visando analisar se as ferramentas e funcionalidades, atendem, ainda que em processo de desenvolvimento, progressiva e satisfatoriamente, às necessidades dos futuros usuários.

Metodologia

Contextualização

Os dados apresentados neste manuscrito referem-se a uma das fases da primeira etapa, das três etapas metodológicas de uma pesquisa maior.

A etapa em destaque, no presente manuscrito, adota a técnica do grupo de discussão, pela possibilidade de reunir diferentes profissionais com experiências em Educação Especial, Tecnologia Assistiva, acessibilidade digital e inclusão.

Cumprir destacar que o grupo de discussão é compreendido a partir de autores como Alonso (1998) e Manrique e Pineda (2009), que descreveram o grupo de discussão como um grupo de pessoas reunidas (presencialmente ou virtualmente), de modo a estabelecerem um discurso consensual. A gênese e produção do grupo de discussão é um diálogo e o seu resultado é um discurso interativo (Callejo, 2001).

Uma das funções do pesquisador no grupo de discussão é garantir a homogeneidade e a simetria durante o diálogo entre os participantes. Para Sánchez-Pinilla e Legerén (2008), a simetria nada mais é do que a necessidade de uma mediação para que não haja uma relação de dominação e centralização do discurso.

Para a formação do grupo de discussão é preciso atentar-se a algumas regras, tais como: 1) a quantidade de pessoas no grupo pode variar entre cinco e 10 participantes (Canales; Peinado, 1994; Ioe, 2010; Ibáñez, 2016; Ortí, 1986); 2) os integrantes não devem conhecer-se previamente. Esse critério se faz necessário, uma vez que a intimidade prévia pode gerar inibição a despeito de algumas temáticas e a supressão de opiniões, além disso, o grupo não pode preexistir à construção do texto (Alonso, 1998; Canales; Peinado, 1994; Ortí, 1986); 3) os participantes são convidados (via telefone, *e-mail*, *whatsapp*), de modo individual e anônimo, ou seja, as pessoas só saberão dos demais participantes no momento do grupo; 4) Os objetivos da pesquisa e da constituição do grupo de discussão são revelados de modo parcial aos participantes (Ortí, 1986).

No que se refere à durabilidade do grupo de discussão, ela é muito relativa, pois o pesquisador (moderador) é quem irá perceber o momento em que o discurso se saturou e que foi possível identificar, por parte do pesquisador, certo consenso entre os participantes. No entanto, sugere-se que, *a priori*, seja definido entre uma e duas horas de grupo. Esse período pode variar para mais ou para menos a depender dos discursos.

Flores (1992) destaca que, no grupo de discussão, o moderador atua como facilitador do debate, incentivando a participação ativa dos membros do grupo, sem impor direções

rígidas ou perguntas fechadas. Essa abordagem favorece a emergência de discursos espontâneos, proporcionando dados ricos para a investigação qualitativa.

Procedimentos para coleta e análise de dados

Os participantes da pesquisa compuseram uma amostra intencional, de oito pessoas, a partir de suas especificidades, à saber: um pesquisador em Tecnologia Assistiva; um professor de Educação Especial; dois especialistas em acessibilidade digital; uma pessoa com deficiência; uma terapeuta e dois familiares de pessoas com deficiência. Todos os estes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O estudo está vinculado à uma pesquisa maior devidamente submetida e aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa da respectiva Universidade.

Elaborou-se um roteiro com 4 temas disparadores: 1) O que conter em um portal multidisciplinar de Tecnologia Assistiva internacional para professores, pesquisadores, terapeutas, usuários e outros? 2) Por que devem conter esses elementos? 3) Como organizar e/ou disponibilizar essas informações em um portal? e; 4) Quais recursos de acessibilidade deve conter em um portal? Destarte, o roteiro foi submetido a dois juízes com experiência tanto na temática da Tecnologia Assistiva quanto na condução de grupo de discussão.

Em relação à organização do grupo de discussão, este ocorreu em um encontro virtual, por meio da plataforma de videoconferências *Google Meet*, com duração de, aproximadamente, duas horas, sendo estas gravadas pelo próprio *software*.

Adotou-se a estratégia de um dos pesquisadores mediar a discussão, a partir de cada um dos quatro temas disparadores; e, outros dois pesquisadores, serem anotadores, os quais realizaram sínteses das respostas, de cada tema disparador, em um quadro. Este foi apresentado aos participantes, ao final, buscando consenso das proposições geradas na discussão.

Posteriormente, realizou-se a transcrição da gravação, a partir do *software* de inteligência artificial *Transkriptor*, o qual transcreve áudios e vídeos em texto.

A análise dos dados advindos do grupo de discussão foi realizada com base na abordagem interpretativa e qualitativa (Minayo, 2014), a qual é compreendida como um processo sistemático de interpretação dos sentidos e significados presentes nos discursos dos participantes. Essa abordagem ultrapassa a descrição literal das falas, buscando compreender as representações sociais, os valores, as concepções e as experiências que emergem no contexto investigado.

Segundo Minayo (2014), a análise interpretativa e qualitativa envolve três movimentos articulados: 1) a ordenação dos dados; 2) a classificação; e, 3) a interpretação propriamente dita.

No presente estudo, a ordenação ocorreu a partir da transcrição integral do encontro do grupo de discussão, possibilitando uma leitura flutuante e exaustiva do material empírico. Esse primeiro contato permitiu identificar recorrências discursivas, convergências e tensões presentes nas falas dos participantes.

A etapa de classificação consistiu na organização dos dados em requisitos identificados, construídos de forma indutiva, a partir dos sentidos expressos no discurso coletivo. Os quatro requisitos identificados refletem consensos estabelecidos durante as interlocuções e dialogam diretamente com os objetivos da pesquisa, especialmente no que se refere à identificação de requisitos para o desenvolvimento do Portal Multiprofissional de Tecnologia Assistiva.

A interpretação dos dados constituiu o movimento central da análise, no qual os discursos foram compreendidos à luz do referencial teórico da Tecnologia Assistiva, da inclusão e do design acessível. Conforme Minayo (2014), interpretar implica relacionar os dados empíricos com o contexto social, histórico e cultural no qual são produzidos, reconhecendo que os sentidos atribuídos pelos sujeitos são socialmente construídos. Nesse sentido, as falas dos participantes revelaram uma compreensão ampliada da Tecnologia Assistiva, não restrita a dispositivos ou produtos, mas entendida como um conjunto de estratégias, práticas e serviços voltados à promoção da autonomia e da participação social.

O caminho analítico percorrido para converter o material bruto das discussões nos requisitos finais do portal seguiu os passos da análise interpretativa e qualitativa, fundamentada nos verbos compreender e interpretar, conforme prevê Minayo (2012):

1. Ordenação dos dados: após a transcrição integral, o material foi submetido a uma leitura flutuante, visando a ordenação dos dados. Essa etapa permitiu ao investigador compreender o sentido das falas e das observações contidas no diário de campo, priorizando o conteúdo dos depoimentos em sua complexidade.
2. Processo de tipificação e "recorte e colagem": a transição para a formulação dos requisitos ocorreu por meio da tipificação. As falas foram organizadas em subconjuntos, isto é, foram separados por assuntos iniciais. Realizou-se uma leitura transversal para identificar homogeneidades e diferenciações, permitindo comparar as visões de diferentes atores (pesquisadores, usuários e familiares).
3. Identificação de estruturas de relevância: a partir da reiteração dos subconjuntos ou assuntos iniciais, o material foi rearranjado em estruturas de relevância, que deram origem aos quatro eixos de requisitos (Conteúdo, Interação, Acessibilidade e Perfis). Esse movimento buscou a lógica interna dos atores, permitindo que o pesquisador ultrapassasse o nível meramente descritivo e literal das falas para alcançar o sentido do que foi relatado.
4. Interpretação de segunda ordem: os requisitos identificados foram então submetidos a uma interpretação de segunda ordem, na qual os quatro eixos de requisitos foram confrontados com o referencial teórico nacional e internacional de Tecnologia Assistiva e design acessível. Nessa etapa, a "experiência" e a "vivência" dos participantes foram transformadas em um concreto pensado, onde o objeto de estudo (o portal) passou a impregnar todo o texto analítico.
5. Critérios de fidedignidade e consenso: para assegurar a validade dos resultados, utilizou-se a validação dos relatos por meio da síntese em tempo real apresentada aos participantes ao final do grupo, buscando o discurso consensual. Além disso, a análise garantiu a diversidade de sentidos, tratando as tensões e divergências não como erros, mas como parte da "objetivação da realidade".
6. Dessa forma, os requisitos finais não são apenas resumos das falas, mas um construto de segunda ordem que reflete a lógica dos atores em sua diversidade, contextualizada e teorizada conforme proposto por Minayo (2012).

Por fim, o processo analítico envolveu a organização das informações em um quadro-síntese, a partir de duas colunas temáticas: 1) requisitos identificados; e 2) pontos consensuais, conforme ilustrado no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Síntese dos resultados e discussão do GD, segundo requisitos identificados e pontos consensuais

REQUISITOS IDENTIFICADOS	PONTOS CONSENSUAIS
Conteúdo e informações do portal	- Histórico dos recursos: detalhes sobre cada recurso de Tecnologia Assistiva; - Abordagem não capacitista: foco na potencialidade da tecnologia, não na deficiência; - Histórico do portal: detalhes sobre o projeto, financiamento e contexto; - Biblioteca de recursos e materiais: repositório de conteúdos sobre Tecnologia Assistiva; - Busca eficiente: buscador com recursos visuais e uso de <i>tags/hashtags</i>; - Destaques: seção de tecnologias mais acessadas na página inicial; - Legislação: catalogação de normas e leis nacionais e internacionais.
Interação e engajamento do usuário	- Espaço de comunicação: área de interação entre usuários (pais, professores, terapeutas); - Fórum de discussão: fórum com moderação (inteligência artificial ou manual); - Divulgação de eventos e cursos: seção para divulgar acontecimentos na área; - Cases de sucesso: relatos de experiências em formato de <i>podcast</i>; - Participação ativa: incentivo à contribuição e <i>feedback</i> dos usuários;
Acessibilidade e usabilidade	- Remoção de barreiras: <i>design</i> focado em acessibilidade para todo o conteúdo; - Princípios de usabilidade: seguir as diretrizes da <i>Web Content Accessibility Guidelines</i> WCAG; - Apresentação visual: uso de figuras, fotos e audiodescrição; - Autoria e utilização de conteúdos: facilitar a criação e uso de conteúdo entre os usuários; - Consultoria; - Acessibilidade como modelo: o próprio portal deve ser um exemplo e ter uma seção dedicada a recursos de acessibilidade;
Perfis de usuários e personalização	- Atendimento a vários perfis: servir a profissionais, pais, professores e usuários; - Cadastro de usuários: sistema para cadastro e métricas (respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados); - Navegação flexível: permitir navegação livre ou direcionada por perfil.

Fonte: elaboração própria.

Resultados e Discussão

Os resultados serão apresentados e discutidos a partir dos quatro requisitos identificados, a saber: 1) Conteúdo e informações do portal; 2) Interação e engajamento do usuário; 3) Acessibilidade e usabilidade; e, 4) Perfis de usuários e personalização.

Com base no quadro-síntese e em referências de portais de Tecnologia Assistiva, como o Portal SIVA (Itália), ABLEDATA (EUA) e o Portal Assistiva ITS Brasil, é possível elaborar uma discussão aprofundada sobre os elementos essenciais para a criação de uma plataforma de sucesso.

Ressalta-se que os requisitos identificados serão transformados em funcionalidades concretas no portal, posteriormente, em uma fase metodológica subsequente da pesquisa.

Esta transição será efetivada apenas após a conclusão e cruzamento de dados das fases de revisão sistemática da literatura e da realização de entrevistas semiestruturadas com especialistas em acessibilidade digital, pessoas com deficiência, pesquisadores de Tecnologia Assistiva no contexto educacional e professores de Educação Especial. As funcionalidades do portal serão, portanto, geradas a partir da agregação destas informações aos requisitos produzidos em grupo de discussão, garantindo que todas as perspectivas literárias, profissionais e sociais foram devidamente consultadas e esgotadas antes do desenvolvimento efetivo.

No que concerne à validação futura e aos desafios de implementação, a pesquisa prevê um protocolo específico de avaliação. Na sequência da consolidação baseada nos dados metodológicos aqui descritos, os requisitos transitarão para uma fase de validação técnica, conduzida por investigadores em ambiente de workshops. Assim, será possível definir as prioridades de desenvolvimento, estruturar a arquitetura do sistema e prever soluções para os desafios de implementação, garantindo a viabilidade do portal.

Conteúdo e informação do portal

Portais de Tecnologia Assistiva não se limitam a ser meros catálogos de produtos: eles atuam como repositórios abrangentes de conhecimento. A proposta de incluir o histórico detalhado de cada recurso é fundamental. Similar ao que o Portal SIVA faz, contextualizando o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias, um portal robusto deve ir além de listar características, oferecendo dados sobre origem, financiamento e evolução. Isso aumenta a confiabilidade e permite que usuários compreendam o processo por trás da inovação.

A adoção de uma abordagem não capacitista, focada na funcionalidade e aplicação da tecnologia ao invés da deficiência, é um pilar da inclusão. Essa visão alinha-se com a filosofia do Desenho Universal, que busca criar soluções que beneficiem a todos, independentemente de suas capacidades. A busca por *tags* como "comunicação", "mobilidade" ou "educação" é um exemplo de como essa abordagem pode ser implementada, afastando-se da categorização limitante por tipo de deficiência.

O histórico do portal, assim como o do projeto de pesquisa e seus parceiros, adiciona uma camada de transparência e credibilidade. A divulgação de legislação nacional e internacional relevante é outro ponto crucial, transformando o portal em uma fonte de consulta normativa, algo essencial para profissionais, educadores e famílias que buscam entender seus direitos e as diretrizes aplicáveis.

Interação e engajamento do usuário

Portais que se destacam na área de Tecnologia Assistiva entendem que o engajamento da comunidade é vital. A criação de um fórum de discussão moderado, como sugerido, serve como um canal de comunicação e troca de experiências entre os diferentes perfis de usuários (pais, terapeutas, professores). Essa interação horizontal enriquece a plataforma com relatos práticos e soluções do dia a dia.

A divulgação de eventos e cursos centraliza informações que, de outra forma, estariam dispersas, solidificando o portal como um ponto de referência para a capacitação na área. Além disso, a coleta e apresentação de *cases* de sucesso, em formatos acessíveis como *podcasts*, humanizam a Tecnologia Assistiva. Ao narrar as experiências dos próprios usuários, o portal inspira e demonstra o impacto real dessas soluções, indo

além da simples descrição técnica. Esse modelo de participação ativa e contribuição, onde os usuários podem enviar seus *feedbacks*, foi validado em estudos que exploram plataformas abertas e colaborativas.

Acessibilidade e usabilidade

A acessibilidade e a usabilidade não devem ser apenas funcionalidades, mas a base de toda a arquitetura do portal. Referências como o Movimento *Web* para Todos ressaltam a importância de remover barreiras, garantindo que o portal seja, por si só, um exemplo de acessibilidade. As diretrizes da WCAG (*Web Content Accessibility Guidelines*) devem ser o padrão de *design*, como apontam análises sobre a acessibilidade de portais acadêmicos e corporativos.

A apresentação visual com figuras, fotos e audiodescrição é crucial para que o conteúdo seja compreendido por usuários com diferentes necessidades, inclusive consultores com deficiência visual, cuja experiência deve ser valorizada. A sugestão de permitir a autoria de conteúdos entre os usuários é um passo ousado e inovador, alinhado ao conceito de plataformas colaborativas. Isso não só democratiza o conhecimento, mas também garante que a manutenção e atualização da plataforma se tornem mais eficientes e participativas.

Perfis de usuários e personalização

A capacidade de atender a diferentes perfis de usuários é uma característica-chave de portais bem-sucedidos. Um sistema de cadastro de usuários pode ser utilizado para personalizar a navegação, oferecendo atalhos e sugestões de conteúdo relevantes para cada perfil, de forma flexível. No entanto, é fundamental que essa personalização respeite a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A navegação flexível, que permite tanto a exploração livre quanto a guia por perfil, oferece o melhor dos dois mundos: a autonomia do usuário e a assistência personalizada quando necessária.

Análise de Requisitos Identificados

A análise dos requisitos identificados no grupo de discussão revelou duas percepções importantes sobre o que os usuários esperam de um portal voltado à Tecnologia Assistiva. A primeira percepção foi que, os participantes apontam um paradoxo: os espaços digitais que tratam de inclusão precisam ser acessíveis em todos os níveis de navegação e servir como exemplo de boas práticas. A segunda percepção, dos participantes, foi que estes destacaram que o portal não deve funcionar apenas como um catálogo de recursos, mas como um espaço de colaboração, onde professores, famílias e profissionais possam trocar experiências e aprender juntos. Essas percepções dialogam com o que já aparece no referencial teórico (Corrêa; Ribeiro, 2016), mas também, ampliam essa discussão ao mostrar que os usuários esperam plataformas mais abertas, participativas e coerentes com os princípios da inclusão, indicados, por exemplo, por Bersh (2017).

Embora os participantes tenham convergido em relação aos requisitos centrais necessários para o desenvolvimento do Portal Multiprofissional de Tecnologia Assistiva, o processo de discussão também revelou divergências decorrentes das diferentes

experiências profissionais, vivências pessoais e concepções de inclusão presentes no grupo. Tais diferenças manifestaram-se, sobretudo, na forma de compreender as prioridades do portal, os modos de organização e disponibilização das informações, os recursos de acessibilidade considerados essenciais e as estratégias de interação entre os usuários. Essas tensões contribuíram para ampliar a análise, permitindo que os requisitos finais contemplassem múltiplas perspectivas e necessidades, aspecto coerente com a proposta multiprofissional e inclusiva que fundamenta o desenvolvimento do portal.

Ao discutir cada requisito, no primeiro item “Conteúdo e informações do portal”, os participantes apontam a necessidade de conhecer o histórico dos conteúdos e do próprio portal, bem como de ter acesso claro à fonte dessas informações. Na sequência, identificam, como necessário, adotar uma abordagem não capacitista, que destaque o potencial das tecnologias - o que impacta diretamente na arquitetura da informação do portal, pois exige que os conteúdos sejam organizados de para valorizar o uso da Tecnologia Assistiva, e não as limitações de quem precisa delas. Na prática isso pode implicar em categorias, descrições e conteúdos orientados para funções ou contextos de uso, evitando certa estigmatização baseada em diagnósticos. Ou seja, esses usuários pesquisam conteúdos confiáveis e organizados para evitar interpretações equivocadas e para adaptar a Tecnologia Assistiva de forma adequada às necessidades da sua busca.

Quando se considera as concepções de Calheiros (2015), e o intuito de uso de espaços digitais voltados à Tecnologia Assistiva, nota-se que essa exigência vem da necessidade de informações que apoiem pessoas em situações muito específicas, geralmente relacionadas ao bem-estar social, cultural, educacional ou de saúde. Quem busca esses conteúdos não o faz de maneira aleatória, mas em busca de orientações ou algo que dê autonomia para uma pessoa. Não obstante, o modelo social da deficiência se torna a abordagem mais adequada quando se aborda essa perspectiva, uma vez que o autor desloca o foco do indivíduo para as barreiras presentes nos ambientes, que é o contexto - e não a pessoa - que precisa ser ajustado para garantir participação, inclusive quando se trata de ambientes digitais.

A partir dessa percepção do requisito inicial, torna-se mais fácil compreender como os próximos dois requisitos, “Interação e engajamento do usuário” e “Acessibilidade e usabilidade”, se articulam no conjunto. Para que o portal seja aberto, participativo e coerente com os princípios da inclusão, ele precisa contar com espaços e páginas configurados especificamente para a interação, tornando esse um princípio norteador do seu desenvolvimento. Concomitantemente, qualquer pessoa, com suas necessidades e potencialidades, deve ter condições reais de interagir, contribuir e aproveitar plenamente esse ambiente. A própria configuração necessária para isso foi apontada pelos participantes, que detalharam quais funcionalidades e recursos tornam tal interação possível.

Para que a interação aconteça, ele deve oferecer recursos que viabilizem a troca entre os usuários, espaços de comunicação como fóruns, além de relatos de experiências em diferentes formatos de participação. Para que essas funcionalidades, e o portal como um todo, sejam acessíveis a qualquer pessoa, foram apontados pelos participantes como condições: adotar um design livre de barreiras, seguindo princípios de usabilidade como as WCAG, que inclui, por exemplo, uso de imagens e audiodescrição, além de ferramentas que facilitem tanto o acesso quanto a autoria de conteúdos pelos próprios usuários.

Embora não referenciado diretamente, esses princípios correspondem ao Design Universal, como explicado por Bandeira e Bandeira (2017), uma abordagem de projeto que busca criar produtos, serviços e ambientes para serem usados pelo maior número de

peças possível, sem necessidade de adaptações, ou seja, que a inclusão deve ser pensada desde o início do design, em soluções que funcionem para diferentes perfis de pessoas. As diretrizes do WCAG colocam essa perspectiva em critérios práticos e verificáveis para páginas e interfaces web, mas no contexto brasileiro, esse embasamento técnico é fortalecido, também, por normativas como o e-MAG e a ABNT NBR 17225:2025, que tem diretrizes específicas para implementação de acessibilidade em interfaces digitais baseadas nas WCAG e ajudam a alinhar o desenvolvimento do portal às exigências e padrões nacionais.

Equilibrar a variedade de conteúdos presentes no campo da Tecnologia Assistiva com os diferentes níveis de interesse e necessidade dos usuários, como indicados nos requisitos anteriores, exige organização. Para que o portal ofereça conteúdos realmente relevantes para diferentes públicos, os participantes do grupo de discussão indicaram trabalhar com os chamados “Perfis de Usuário”, uma configuração para caminhos de navegação mais adequados a cada grupo, em um sistema de cadastro que respeite a LGPD e apoie métricas de uso. Com isso, segundo os participantes, o portal se torna mais responsivo às demandas reais, sem perder de vista a diversidade e nuances que caracterizam o que é relacionado a Tecnologia Assistiva.

Com base nos dados, apresentados e discutidos, a análise revela que o potencial da técnica metodológica do grupo de discussão reside, não apenas na obtenção de consensos, mas sobretudo na exploração ativa das tensões e diferenças de perspectiva entre os participantes. Conforme destacado, as divergências decorrentes das distintas experiências profissionais, vivências pessoais e concepções de inclusão são elementos que enriquecem profundamente a análise. No contexto prático do desenvolvimento do Portal Multiprofissional de Tecnologia Assistiva, estas diferenças manifestaram-se em aspectos cruciais, como a definição de prioridades, a arquitetura da informação e a seleção de recursos de acessibilidade, provando que o debate em torno de visões contrastantes é inevitável e desejável.

Longe de representarem um obstáculo, as tensões geradas por esta multiplicidade de perspectivas proporcionaram uma compreensão mais abrangente das necessidades da pesquisa. Ao acolher e integrar estas divergências, os pesquisadores identificaram que os requisitos finais não deveriam refletir apenas uma visão limitadora, mas, sim, a complexidade e a pluralidade inerentes a uma proposta verdadeiramente multiprofissional e inclusiva. Deste modo, compreende-se que o aprofundamento das diferenças metodológicas e conceituais é uma estratégia fundamental para conceber soluções tecnológicas mais robustas e representativas do seu público-alvo.

Considerações Finais

A Tecnologia Assistiva compreende a criação e o aprimoramento de recursos e estratégias materializados em produtos e serviços destinados a promover a autonomia, a qualidade de vida e a inclusão social das pessoas com deficiência. A construção de um portal de Tecnologia Assistiva que contemple esses princípios transcende a mera observância de pressupostos técnicos, assumindo uma função social essencial: a garantia da equidade, da inclusão social e do respeito à dignidade humana. Nessa perspectiva, o Portal Multiprofissional de Tecnologia Assistiva nasce como um projeto e se desenvolve como uma proposta de pesquisa comprometida com valores sociais, equitativos e inclusivos.

A pessoa com deficiência constitui o eixo central que sustenta a arquitetura do Portal Multiprofissional de Tecnologia Assistiva. É a partir dela e para ela que se direcionam todas as ações voltadas ao desenvolvimento do projeto, em articulação com os sujeitos que, direta ou indiretamente, integram os múltiplos contextos em que essa pessoa está inserida. Nesse cenário, o grupo de discussão, enquanto uma das técnicas de pesquisa que fundamentam a construção do portal, desempenha papel essencial ao trazer, por meio das vivências e experiências de seus participantes, olhares plurais, consistentes e dinamicamente verbalizados nas interlocuções. Tais contribuições subsidiam a categorização dos dados e, conseqüentemente, delineiam os traços arquitetônicos do portal, assegurando o atendimento aos objetivos propostos: definição dos conteúdos a serem disponibilizados; formas de apresentação; justificativas para sua inclusão e identificação dos elementos de acessibilidade indispensáveis à proposta.

O grupo de discussão contribuiu de maneira significativa para evidenciar que o Portal Multiprofissional de Tecnologia Assistiva deve configurar-se como um espaço multifacetado, dinâmico e consistente de informações, capaz de promover a interação entre um público diverso, que se encontre pela fluidez da busca por conhecimento, e não por rótulos estigmatizantes ou capacitistas. Ademais, destacou-se a necessidade de que o portal contemple as mais diversas formas e níveis de acessibilidade.

O Portal Multiprofissional de Tecnologia Assistiva configura-se, assim, como uma pesquisa em constante movimento, que se constrói a cada etapa de seu desenvolvimento. Orientado pela responsabilidade com a ciência na produção de conhecimento e pelo compromisso com a sociedade, o portal busca contribuir para a construção de um mundo mais inclusivo e humano, fundamentando-se nos estudos já consolidados na área e inspirando futuras pesquisas a ampliarem os horizontes dessa temática de inegável relevância social.

Entretanto, os resultados devem ser interpretados à luz de algumas limitações. Esta investigação contemplou apenas uma das etapas previstas no desenvolvimento do portal, restringindo-se à identificação de requisitos emergentes das discussões realizadas com uma amostra intencional de participantes. Embora essa composição tenha possibilitado reunir diferentes experiências e perspectivas, os requisitos identificados representam um framework inicial, que necessita ser ampliado e refinado mediante a integração de evidências provenientes da revisão sistemática da literatura, das entrevistas semiestruturadas com especialistas em acessibilidade digital, pessoas com deficiência, pesquisadores de Tecnologia Assistiva no contexto educacional e professores de Educação Especial, bem como dos processos de validação técnica, avaliação de usabilidade e testes de acessibilidade previstos no projeto financiado pelo CNPq. Desse modo, futuras investigações poderão consolidar esses requisitos em funcionalidades efetivas, validando sua aplicabilidade em contextos reais de utilização e fortalecendo a construção de um portal cientificamente consistente, socialmente relevante e comprometido com os princípios da inclusão, da acessibilidade e do desenho universal.

Referências

ALONSO, L. H. **La mirada cualitativa en sociología**. Madrid: Fundamentos, 1998.

ARBOLEDA, L. M. El grupo de discusión como aproximación metodológica en investigaciones cualitativas. **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, Medellín, v.

26, n. 1, p. 69–77, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/120/120261111.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2026.

BANDEIRA, A.; BANDEIRA, W. Os princípios do design universal na interface gráfica. In: ROCHA, C. (Org.). **Acessibilidade: práticas culturais e tecnologia assistiva para a cidadania**. Goiânia: CIAR/UFG, 2017. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/invencoes/livros/7/capitulos/c06.html>. Acesso em: 19 abr. 2026.

BERSCH, R. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Assistiva, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 19 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19 abr. 2026.

CALHEIROS, D. S. **Consultoria colaborativa à distância em tecnologia assistiva para professores de salas de recursos multifuncionais**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3179>. Acesso em: 19 abr. 2026.

CALLEJO, J. **El grupo de discusión: introducción a una práctica de investigación**. Barcelona: Editorial Ariel, 2001.

CALLEJO, J. Grupo de discusión: la apertura incoherente. **Estudios de Sociolingüística**, Vigo, v. 3, n. 1, p. 91–109, 2002. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=497963>. Acesso em: 19 abr. 2026.

CANALES, M.; PEINADO, A. Grupo de discusión. In: DELGADO, J. M.; GUTIÉRREZ, J. (Orgs.). **Métodos y técnicas de investigación en ciencias sociales**. Madrid: Editorial Síntesis, 1994. p. 287–316.

CHARLOT, B. O saber e as figuras do aprender. In: CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos de uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 59–76.

CONTE, E. et al. Tecnologia assistiva, direitos humanos e educação inclusiva: uma nova sensibilidade. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, e163600, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/xY3m8QFyHQwXzfXykFHYFHz/>. Acesso em: 19 abr. 2026.

CORRÊA, P. V.; RIBEIRO, D. F. Acessibilidade e usabilidade na web: recursos utilizados para inclusão de usuários. **Interface Tecnológica**, Taquaritinga, v. 13, n. 1, p. 7–17, 2016.

COUTINHO, K. S. et al. Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: uma revisão integrativa compreendendo o processo de inclusão. **Revista Brasileira de**

Educação Especial, Marília, v. 23, n. 2, p. 261–278, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Mmjpyg5Ks9BPNtStrwCzChR/>. Acesso em: 19 abr. 2026.

DALE, N.; LEWIS, J. Limitações da computação. In: **Ciência da computação**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. p. 385–411.

FLORES, J. G. La metodología de investigación mediante grupos de discusión. **Enseñanza & Teaching: Revista Interuniversitaria de Didáctica**, v. 10–11, p. 199–214, 1992. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/revista/496/A/1992>. Acesso em: 19 abr. 2026.

GODOI, C. K. Grupo de discussão como prática de pesquisa em estudos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 55, n. 6, p. 632–644, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/GfrVF9TxRzrnCJkDZTJCHXS/>. Acesso em: 19 abr. 2026.

GOUVEIA, A. J. G. et al. Portais web: enquadramento conceptual. In: **Anais da Conferência IADIS Ibero-Americana WWW/Internet 2007**. p. 309–314.

IOÉ, C. ¿Para qué sirve el grupo de discusión? Una revisión crítica del uso de técnicas grupales en los estudios sobre migraciones. **Empiria: Revista de Metodología de Ciencias Sociales**, n. 19, p. 73–99, 2010. Disponível em: <https://revistas.uned.es/index.php/empiria/article/view/2015>. Acesso em: 19 abr. 2026.

MANRIQUE, A. M. M.; PINEDA, J. M. M. La técnica de grupo de discusión en la investigación cualitativa: aportaciones para el análisis de los procesos de interacción. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, v. 49, n. 3, p. 1–7, 2009. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2094/3110>. Acesso em: 19 abr. 2026.

MEINERZ, C. B. Grupos de discussão: uma opção metodológica na pesquisa em educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 485–504, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/230079/000785259.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2026.

Minayo, M.C.S. (2014). **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Hucitec.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621–626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2026.

ORTÍ, A. La apertura y el enfoque cualitativo o estructural: la entrevista abierta semidirectiva y la discusión de grupo. In: GARCÍA, M.; IBÁÑEZ, J.; ALVIRA, F. (Orgs.). **El análisis de la realidad social: métodos y técnicas de investigación**. Madrid: Alianza, 1986. p. 189–205.

PELOSI, M. B. **Inclusão e tecnologia assistiva**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SÁNCHEZ-PINILLA, M. D.; LEGERÉN, A. D. La práctica conversacional del grupo de discusión: jóvenes, ciudadanía y nuevos derechos. In: GORDO, A. J.; SERRANO, A. (Orgs.). **Estrategias y prácticas cualitativas de investigación social**. Madrid: Pearson Educación, 2008.

SBROCCO, J. H. T. C.; MACEDO, P. C. Engenharia de software: conceitos básicos. In: **Metodologias ágeis: engenharia de software sob medida**. São Paulo: Érica, 2012. p. 35–58.

SILVA, L. R. M. Software e sistema. In: **Introdução à computação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025. p. 205–208.

SILVESTRE, V. S. et al. Grupos de discussão: uma possibilidade metodológica. **Ensaio Pedagógicos**, Sorocaba, v. 2, n. 1, p. 34–44, 2018.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)